

III SECISA

13 a 15 de Setembro de 2017
UNESPAR CAMPUS DE CAMPO MOURÃO - PR



Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná
Campo Mourão - PR, 13 a 15 de setembro de 2017

GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL DO PARANÁ

CRISTINA MAGIROSKI
Graduanda em Administração
Unespar *campus* de Campo Mourão
magiroski007@gmail.com

ADALBERTO DIAS DE SOUZA
Mestre e Doutor em Administração; Doutor em Geografia
Unespar *campus* de Campo Mourão
ad.unespar@gmail.com

RESUMO – A busca por melhorias na qualidade de vida dos cidadãos bem como o desenvolvimento local podem ser vistos como uma das principais forças motivadoras de ações políticas realizadas nos municípios brasileiros. Tendo em vista que os serviços públicos são essenciais para a organização da sociedade, a presente pesquisa, ainda em fase de desenvolvimento, tem como finalidade verificar e analisar a oferta de serviços e equipamentos públicos disponibilizados pela gestão municipal nas localidades. Para tanto, desenvolveremos pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, no intuito de verificar e analisar o impacto da gestão pública municipal, nos municípios objetivo de estudo. O recorte espacial será composto por municípios da mesorregião centro ocidental paranaense: Araruna, Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Farol, Goioerê, Iretama, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Peabiru, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador e Terra Boa, e o recorte temporal será os anos de 2016 e 2017. Os resultados parciais mostram que ainda se faz necessário melhorar e propor estratégias para que os administradores locais promovam essas melhorias em prol do desenvolvimento.

Palavras-chave: Gestão Pública. Serviços Públicos. Desenvolvimento.

ABSTRACT- The search for improvements in the quality of life of the citizens as well as the local development can be seen as one of the main motivating forces of political actions carried out in the Brazilian municipalities. Considering that public services are essential for the organization of society, this research, still under development, aims to verify and analyze the offer of public services and equipment made available by municipal management in localities. To do so, we will develop bibliographical research and action research, in order to verify and analyze the impact of municipal public management, in the municipalities studied. The spatial clipping will be composed of municipalities of the western center of Paraná: Araruna, Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Farol, Goioerê, Iretama, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Peabiru, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador and Terra Boa, and the time cut will be 2016 and 2017. The partial results show that it is still necessary to improve and propose strategies for local administrators to promote these improvements for development.

Keywords: Public administration. Public service. Development.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil diversos estudiosos têm realizado pesquisas entorno de temas que visam auxiliar na busca da melhoria das condições de vida para as pessoas de modo geral.

A busca por melhorias na qualidade de vida dos cidadãos pode ser vista como uma das principais forças motivadoras de ações políticas realizadas em torno dos municípios brasileiros. É por meio da prestação de serviços públicos que o município promove a satisfação das necessidades coletivas: saúde, educação, fornecimento de água, transporte, etc. Tendo em vista que tais serviços são essenciais para a organização da sociedade, a presente pesquisa tem como finalidade salientar esse desenvolvimento proveniente da gestão pública municipal, trabalho esse que quando efetuado de maneira eficiente, logo gera benefícios à população, por meio da prestação de serviços públicos de qualidade, capazes de satisfazer as necessidades locais dos habitantes.

Nossa pesquisa centra-se na área de gestão pública municipal, dando enfoque a alguns municípios da Mesorregião Ocidental do Paraná, popularmente conhecida como Comcam, para que possamos analisar qual o impacto da gestão pública nos municípios partindo da disponibilização de equipamentos e serviços públicos como forma de promover o desenvolvimento local.

Primeiramente, a pesquisa focou nos municípios de Araruna, Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Farol, Goioerê, Iretama, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Peabiru, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador e Terra Boa, pretendendo analisar como está a disponibilização dos serviços públicos à população local, tendo como base a aplicação de questionários em cada localidade. A partir disso, fez-se um levantamento dos dados e posteriormente uma análise dos mesmos a fim de extrair o conteúdo de nossa pesquisa para que, então, seja possível analisar o assunto e propor melhorias capazes de colaborar com o desenvolvimento das localidades.

Os serviços públicos analisados são: educação, saúde, infraestrutura, manutenção e conservação das vias rurais e urbanas. Tais serviços refletem no desenvolvimento local, além de serem de suma importância no atendimento das necessidades da população.

Em termos gerais, pretendemos verificar e analisar o impacto da gestão pública nos municípios pesquisados, quanto à disponibilização de serviços públicos e equipamentos públicos no desenvolvimento local.

Em termos específicos, buscamos: a) delimitar o estado sobre da arte e realizar a fundamentação teórica sobre o tema serviços e equipamentos públicos municipais no Brasil;

b) realizar pesquisa empírica para levantamento de dados sobre a qualidade dos serviços e equipamentos públicos disponibilizados à população em municípios da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná; c) analisar os dados levantados; d) apontar possíveis propostas de encaminhamentos para soluções a fim de que o fornecimento dos serviços públicos nos municípios possa contribuir para o desenvolvimento local.

O assunto escolhido para estudo justifica-se pelo fato de ser importante conhecer e saber a respeito da realidade enfrentada pelos municípios em estudo com relação aos equipamentos e serviços públicos disponibilizados aos munícipes para satisfazer suas necessidades coletivas.

A pesquisa visa analisar a situação dos municípios e propor soluções viáveis para melhoria da situação atual e auxiliando no desenvolvimento local. Assim, se torna um trabalho relevante, pois possibilita apresentar sugestões a fim de propor mudanças capazes de melhorar o estado atual além de ser uma pesquisa atual em uma área pouco estudada, portanto possível fonte de pesquisas futuras na área.

1.1 Metodologia

Com o propósito de analisar as implicações que os serviços públicos oferecidos nos municípios tem com relação ao desenvolvimento local, a pesquisa dividiu-se em três fases: revisão bibliográfica, coleta e caracterização dos dados obtidos e apontamento de sugestões para melhoria. Para tanto, os procedimentos adotados foram: pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, pesquisa exploratória e levantamento de dados.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e pesquisa-ação. A pesquisa bibliográfica é feita por intermédio de referências teóricas já analisadas e publicadas, que permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado a respeito do assunto. (FONSECA, 2002) Tal pesquisa fornece base teórica ao pesquisador, dando suporte ao seu trabalho, possibilitando ao mesmo discutir a teoria ou mesmo apresentar novas discussões a respeito do que está sendo estudado. Resumidamente, para Lakatos e Marconi (2001) sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito, dito ou filmado sobre o fato.

Com relação à pesquisa-ação, Thiollent (2007) a define como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com a ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

E na concepção dada por Vergara (2000) ela se define como pesquisa social realizada a fim de resolver um problema em que o pesquisador se encontra envolvido e trabalha de modo a cooperar para resolução do problema.

No que diz respeito ao levantamento de dados, optou-se pela aplicação de questionários que trata-se de uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. (MARCONI & LAKATOS, 1992). Desta forma, nos permite a interpretação de respostas mais uniformes, facilitando a análise dos dados coletados.

Também se trata de uma pesquisa exploratória que concede ao pesquisador maior familiaridade como assunto estudado. Para Gil (1999) a pesquisa exploratória tem por objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos ou ideias, sendo um tipo de pesquisa menos rígida quanto a seu planejamento, haja vista que são planejadas com o intuito de proporcionar visão geral acerca do fato estudado.

2 DIFERENÇA ENTRE PROJETO PÚBLICO E PRIVADO

Uma obra pública mal planejada está fadada ao desperdício e ao insucesso. E a escassez de recursos financeiros torna cada vez mais valiosa a técnica para uma boa aplicação de recursos. Apesar do rigor das leis sobre o assunto, muitas obras deixam de ser concluídas pelo afastamento da legislação e pela falha técnica na elaboração do projeto básico (BORGES, 2008).

Para se alcançar êxito é preciso que as metas sejam objetivas. As metas consistem em uma ou mais ações necessárias para alcançar certo objetivo específico. Elas são sempre quantificadas e realizadas em determinado período de tempo. Metas claras facilitam a visualização dos caminhos escolhidos, contribuem para orientar as atividades que estão sendo desenvolvidas e servem como instrumento para avaliar o que foi previsto e o que foi realizado.

A diferença entre projetos públicos e privados não mora somente na forma de obtenção de recursos, vai muito dessa definição. Na ótica de Pisa e Oliveira (2013) as diferenças começam no aspecto social dos projetos governamentais, na obrigatoriedade com que a previsão dos recursos para execução do projeto, na Lei 8.666/93 responsável pela regulação de modalidade e preço do serviço, o excesso de normatizações que provocam demoras, a exigência de prestação de contas à sociedade além da existência de diferentes órgãos de controle nas esferas governamentais.

Todos os fatores elencados pelas autoras demonstram as diferenças dos projetos na área pública, os percalços pelos quais o projeto precisa passar para sair do papel e ser concluído de forma eficiente.

A partir de autores como Carbone (2000) e Rua (1997), podemos destacar as principais diferenças entre o setor público e o setor privado, diferenças estas que influenciam na elaboração dos projetos e na gestão dos mesmos:

Quadro 1: Diferenças entre os setores privado e pública

	SETOR PRIVADO	SETOR PÚBLICO
OBJETIVOS	Lucro	Interesse público, coletivo
VALORES	Valor para os acionistas	Valor para a sociedade
ESTRUTURA	Flexibilidade, feedback rápido, descentralização	Centralização, rigidez, hierarquia, feedback lento
DINÂMICA INTERNA	Propensão a mudanças, instabilidade	Burocracia, paternalismo, aversão a riscos, tradicionalismo, estabilidade, apego a regras e rotinas
DINÂMICA EXTERNA	Leis de mercado	Leis orgânicas
FATOR PREDOMINANTE	Fator econômico	Fator político
MEDIDA DE DESEMPENHO	Retorno financeiro	Efetiva implementação de políticas públicas
MOTIVAÇÃO PARA MUDANÇA E INOVAÇÃO	Crescimento e sobrevivência no mercado	Resolução de problemas
BARREIRAS À INOVAÇÃO	Falta de conhecimento sobre condições do mercado	Barreiras culturais e organizacionais

Fonte: Carbone (2000); Rua (1997).

No entanto, para Pisa e Oliveira (2013) as diferenças não são limitadas conforme o quadro acima, mas sim, inúmeras, dentre as quais as autoras destacam principalmente: o aspecto social dos projetos governamentais, a obrigatoriedade da previsão de recursos, obediência a Lei 8.666/93 que regulamenta a contratação contemplando o menor preço, a exigência de prestação de contas à sociedade em função de sua virtude pautada nos princípios de transparência e *accountability* na governança pública.

A partir dessa definição mais clara, passaremos a seguir para a área da gestão pública no qual permeia nosso trabalho.

2.1 SERVIÇO PÚBLICO

A concepção de serviço público pode variar, no entanto sua essência está na satisfação das necessidades coletivas. Para Meireles (2007) o serviço público pode ser caracterizado como todo aquele que é prestado pela Administração sob normas e controles de ordem estatal a fim de satisfazer as necessidades da coletividade.

Alguns autores apresentam a definição de serviço público como uma das atividades administrativas:

Serviço público é toda atividade material fornecida pelo Estado, ou por quem esteja a agir no exercício da função administrativa, se houver permissão constitucional e legal para isso, com o fim de implementação de deveres consagrados constitucionalmente relacionados à utilidade pública, que deve ser concretizada, sob regime prevalentemente do Direito Público (FIGUEIREDO, 2006).

Na concepção de Figueiredo (2006) percebemos que o serviço público é tido como atividade material, a fim de cumprir com deveres oriundos da constituição federal e relacionados à administração pública. Assim, o serviço público pode ser definido como atividade prestada pela administração pública ou pelo responsável, sob um regime de direito público (MELLO, 2004).

Podemos dizer que, de modo geral, o serviço público corresponde às prestações materiais direcionadas aos cidadãos, a fim de atender as necessidades de comodidade, feitas pelo Estado sob o regime de direito público que se identifica pela presença de supremacia e sujeições especiais (FINGER, 2003).

No entanto, alguns autores fazem distinção entre serviços públicos e serviços de utilidade pública, uma vez que os serviços públicos podem ser compreendidos como os serviços que a Administração presta diretamente à comunidade devido ao fato de serem essenciais para o coletivo, enquanto que os serviços de utilidade pública são aqueles que o poder público presta diretamente ou por delegação, para quem quiser utilizar, mediante remuneração (MEIRELES, 2008; GASPARINI, 2010).

Desta forma, podemos dizer que os serviços públicos são essenciais ao desenvolvimento da sociedade. Assim sendo, conforme salienta Abiko (2011) quando os serviços públicos são de qualidade, favorecem o desenvolvimento tanto social quanto econômico em uma sociedade. Desta maneira, podemos afirmar que quando a prestação de serviços e equipamentos públicos é satisfatória, há mudança na qualidade de vida do indivíduo e, conseqüentemente, na produção de capital pelo mesmo, gerando desenvolvimento.

Em geral, a sociedade brasileira demanda a prestação de serviços de qualidade, que atenda aos direitos e expectativas dos contribuintes e que, também, seja capaz de promover o desenvolvimento econômico, preservando a capacidade política de governar e a eficiência administrativa e financeira para executar as políticas públicas (DI GIACOMO, 2005).

Na sequência, estenderemos essa discussão para o nível municipal, área em que nosso projeto se situa, dando enfoque aos serviços públicos prestados pelos municípios.

2.2 GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS E PRIVADOS

No setor público o projeto possui uma ligação próxima com a engenharia. Nesse seguimento, as chamadas obras públicas são projetos para as empresas privadas encarregadas de executar as obras. Trata-se de projetos devido a sua composição: planejamento, aprovação, contratação e fiscalização.

Um projeto é idealizado a fim de efetuar uma ou mais estratégias organizacionais com o objetivo de levar uma organização de um dado posicionamento presente para outro mais produtivo no futuro (SELLA, 2008). Desta maneira, compreendemos que o progresso depende de projetos, afinal uma situação paralisada no tempo não conduz a sociedade ao desenvolvimento.

Qualquer que seja o projeto público, como já dito anteriormente, este deve ser composto de algumas etapas de suma importância, tais como: estudos de mercado; estudos referentes a tamanho e localização ideais; aspectos técnicos e de engenharia; avaliação dos impactos ambientais; definição das medidas necessárias para se minimizar os impactos ao meio ambiente; estimação dos benefícios e dos custos, cálculo do valor do investimento a ser realizado; definição da forma de financiamento; análise financeira; análise de risco e incerteza; análise geral de abrangência, recomendações e conclusões.

A partir da definição de projeto, compreendemos a importância da gestão de um projeto em que “é fundamental o conhecimento dos pontos problemáticos que podem prejudicar esse gerenciamento em entidades do setor público” (RABENSCHLAG, RORATTO & DIAS, 2012).

2.1 SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Sabemos que cabe ao município estabelecer e também praticar atos concretos que visem gerir os próprios negócios da comunidade local com objetivo de atender as necessidades locais. Assim, compreendemos que é permitido ao município legislar e por em prática atos concretos que visem a assistência pública e proteção da saúde, dos documentos e obras históricas ou artísticas ou culturais, do meio ambiente, do que for referente ao patrimônio público assim como os que visem proporcionar os meios de acesso a educação, cultura, e outras atividades (RESENDE, 2008).

Um dos principais serviços disponibilizados se refere à distribuição de água potável e coleta de esgoto tem sido considerada de responsabilidade local, ou seja, de responsabilidade

do município (ABIKO, 2011). Desta maneira, esse serviço, conforme a CF, é considerado como responsabilidade dos Entes federativos (União, Estados e Municípios), não sendo de responsabilidade de uma única esfera, mas de todos, levando em consideração que podem também serem prestados pelo setor privado.

O serviço de coleta de lixo pode ser definido como a remoção de resíduos dos locais de onde foram acondicionados, sendo que o término desse processo ocorre quando o resíduo é descartado nos locais onde será processado ou disposto finalmente (LACERDA, 2003). A coleta é de suma importância não tão somente para limpeza da cidade, mas também é eficaz no combate de doenças que podem ter origem no lixo.

Um dos serviços que também se questiona sua responsabilidade é a iluminação pública, que segundo Abiko (2011) é de responsabilidade municipal obtê-la da empresa que detiver a autorização para fornecê-la, sendo que seu custo não pode ser cobrado, devendo ser custeado pelo município por meio de recursos obtidos com a arrecadação de impostos.

A questão do transporte coletivo entra como um serviço de interesse local e, portanto, de competência municipal, tendo em vista que entra no contexto de mobilidade urbana sustentável, isto é, tem por objetivo proporcionar o acesso a bens e serviços de modo eficiente para todos os moradores, melhorando a qualidade de vida da população (CAMPOS, 2006). Assim, compreendemos o quanto o transporte coletivo é de grande importância para a população e para a sustentabilidade do meio ambiente.

Quanto a construção e conservação das vias urbanas e rurais, competindo ao município a responsabilidade pela manutenção da pavimentação, e também tapamento de buracos e recapeamento, feita diretamente pela prefeitura do município ou por empresas contratadas por ela, sendo seu custo lançado no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), pago pelos munícipes (ABIKO, 2011).

A construção e funcionamento de escolas, creches, enfim, a educação dos munícipes tem sido de responsabilidade do município, sendo prioritariamente a educação infantil. Conforme a CF de 1988, o artigo 212 em seu caput diz que os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% de sua receita resultante de arrecadação de impostos a fim de garantir a manutenção e desenvolvimento do ensino (CF, 2016).

E, por fim, infraestrutura municipal urbana compreende a rede física propriamente dita, ou seja, representa o conjunto de serviços oferecidos pelo Ente Federativo, representando toda a infraestrutura urbana (ABIKO, 2011).

Na sequência, daremos início à análise parcial dos dados coletados, com informações inerentes aos serviços públicos analisados até o presente momento.

3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

No levantamento de dados dos municípios selecionados em nossa pesquisa, elencamos alguns serviços públicos essenciais para avaliar o desenvolvimento municipal: saúde, educação municipal, infraestrutura, manutenção e conservação das malhas viárias urbanas e rurais.

No que diz respeito à saúde e educação, estes serviços servem de base de cálculo para o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), índice que serve para medir o desenvolvimento humano, medido pela renda, educação e longevidade, este último está atrelado à saúde, pois sem serviços de saúde de qualidade a longevidade fica prejudicada.

A infraestrutura é um serviço importante e pode ser conceituada como um sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas (ZMITROWICZ & NETO, 1997). Compreendemos que estas funções podem ainda serem classificadas no âmbito social, econômico e institucional, e dentro de cada um há seus subsistemas. Em suma, a infraestrutura é importante parte na composição/existência de uma cidade, município.

Quanto à conservação e manutenção das vias urbanas e rurais, este serviço é de suma importância haja vista que compreende as vias pelas quais as pessoas e mercadorias transitam, vias pelas quais todos se deslocam para fornecer serviços, ir em busca de serviços, etc, são por meio delas, seja a nível municipal, estadual ou nacional, todos dependem da conservação das vias para se deslocarem.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, até o prezado momento temos apenas dados parciais, que serão aprofundados e divulgados posteriormente com o término da pesquisa.

No quesito saúde, a avaliação geral aponta que o serviço nos municípios em análise é considerado regular, sendo que dos 144 questionários respondidos um total de 69 entrevistados (48%) apontam algumas deficiências nesse serviço (ver gráfico 1). Em contrapartida, apenas 4 (3%) considera o serviço ótimo, dentre os quais esta avaliação foi feita por munícipes de Araruna, Engenheiro Beltrão e Roncador. Isso nos leva a acreditar que este serviço apresenta deficiências em quase todos os municípios analisados, em que a administração deste serviço não está ocorrendo de maneira eficiente.

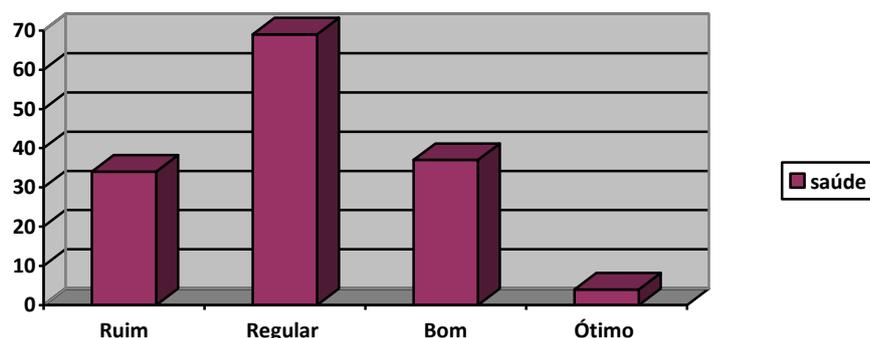


Gráfico 1: Avaliação da saúde nos municípios da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, 2017.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o Atlas Brasil (2010) fornece uma tabela com os parâmetros da faixa de desenvolvimento humano (ver tabela 1):

Tabela 1: Faixas de Índice de Desenvolvimento Humano.

Muito alto	0,800- 1,000
Alto	0,700 – 0,799
Médio	0,600 -0,699
Baixo	0,500 – 0,599
Muito baixo	0,000- 0,499

Fonte: Atlas Brasil (2010).

Ao verificarmos a avaliação do serviço público de saúde como sendo ótimo, percebemos que os municípios que assim o avaliaram são justamente aqueles com um IDH médio e alto, conforme a tabela 2.

Tabela 2: IDH de Araruna, Engenheiro Beltrão e Roncador

Araruna	0,681
Engenheiro Beltrão	0,730
Roncador	0,704

Fonte: IPARDES (2017)

O quesito saúde é muito importante para todos, sendo um serviço que precisa ser oferecido de maneira adequada, atendendo todos de maneira igualitária, eficaz e eficiente, pois esse serviço é computado como um índice importante para medir o IDH, IDHM, dentre outros.

No que se refere à educação, o serviço é avaliado no geral como bom em boa parte dos municípios, sendo que 79 entrevistados (cerca de 54,8%) avaliam dessa forma, tendo, portanto, uma avaliação positiva (Ver gráfico 2).

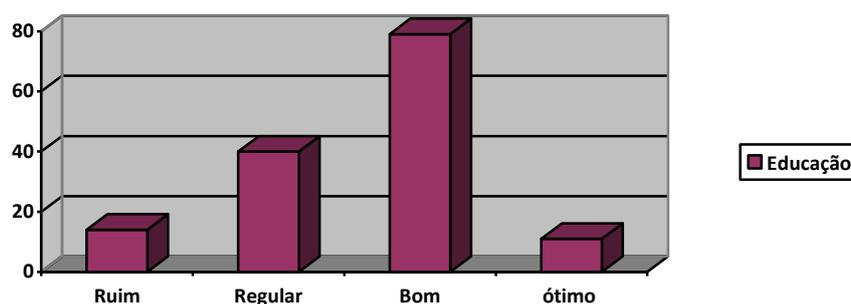


Gráfico 2: avaliação do serviço de educação nos municípios da Mesorregião Centro Ocidental

Fonte: Elaborado pelo autor.

3. Conclusões

Diante dos dados coletados e da pesquisa parcialmente concluída, podemos apresentar algumas considerações importantes com relação ao fornecimento de serviços públicos, especialmente no que diz respeito aos municípios analisados, mesmo se tratando de uma pesquisa em andamento.

Primeiramente, por se tratar de um estudo em andamento esperamos conseguir atingir o objetivo proposto, bem como, propor soluções viáveis para que os administradores dos municípios em análise consigam minimizar seus problemas, quanto à disponibilização e manutenção dos séricos analisados (saúde, educação, malha viária urbana e rural e infraestrutura), com o intuito de promover melhorias significativas no fornecimento de serviços de modo adequado e satisfatório.

Desta maneira, entendemos que será possível contribuir para o impulsionamento do desenvolvimento que os municípios, pois isto é necessário para melhorar o fornecimento de serviços a fim de promover o desenvolvimento local.

A discussão dos serviços mencionados poderá contribuir para a proposição de estratégias que venham a auxiliar os gestores municipais, na promoção de melhorias significativas no fornecimento de serviços do setor público.

Posteriormente, com o andamento e finalização deste estudo, esperamos contribuir com dados precisos, quanto a avaliação dos demais serviços públicos, tendo em vista que até o momento, somente o serviço de saúde pública foi avaliado como regular, merecendo atenção especial para que seja melhorado, com estratégias que serão discutidas e apresentadas futuramente juntamente com os demais serviços.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. **Serviços públicos urbanos**. Texto técnico: USP, 2011. Disponível em: http://file:///G:/TCC/EQUIPAMENTOS%20E%20SERV%20PUBRICOS/TT_00010.pdf. Acesso em: 28/03/2017.
- CAMPOS, V. B. G. **Uma visão da mobilidade sustentável**. Revista dos Transportes Públicos. v. 2, p. 99-106. 2006. Disponível em: <http://www.fetranspordocs.com.br/downloads/08umavisaodaMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>. Acesso em: 01/07/17.
- LACERDA, M. G. **Análise de uso de SIG no sistema de coleta de resíduos sólidos domiciliares em cidades de pequeno porte**. 2003. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98108/lacerda_mg_me_ilha.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30/06/17.
- RABENSCHLAG, D. R.; RORATTO, R.; DIAS, E. D. **Fatores de risco no gerenciamento de projetos de tecnologia da informação no setor público brasileiro**. Espacios. Vol. 33 (8) 2012. Pág. 11. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a12v33n08/12330812.html>. Acesso em: 09/01/17.
- RESENDE, A. J. C. de. **Autonomia municipal e lei orgânica**. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 7-42, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1266/3/0001266.pdf>. Acesso em: 30/06/17.
- ZMITROWICZ, W.; NETO, G. de A. **Infraestrutura urbana**. São Paulo: EPUSP, 1997.